TRIBUNAIS

TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA**Anúncio**

Processo n.º 1155/06.6TBCLD.
 Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
 Requerente — António Luís da Costa Dias Nobre.
 Insolvente — Irmal — Indústrias Reunidas de Mobiliário de Aço, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, 1.º Juízo das Caldas da Rainha, no dia 20 de Junho de 2006, às 13 horas e 50 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Irmal — Indústrias Reunidas de Mobiliário de Aço, L.ª, número de identificação fiscal 500606528, com endereço na Alto do Nobre, Zona Industrial, lote 7, 2500-755 Caldas da Rainha, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor, Artur Fernandes de Bastos, estado civil: casado (regime: comunhão de adquiridos), com endereço na Zona Industrial, lote 7, Alto do Nobre, Estrada da Foz do Arelho, 2500-755 Caldas da Rainha, e Artur Jorge Godinho de Bastos, estado civil: desconhecido, número de identificação fiscal 177280387, com endereço na Zona Industrial, lote 7, Alto do Nobre, Estrada da Foz do Arelho, 2500-755 Caldas da Rainha a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Vítor Manuel Ramos, com domicílio na Urb. Valverde, lote 41, loja A, 2415-773 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23 de Agosto de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

21 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Cristina Cruz*. — O Oficial de Justiça, *Luís Miguel Neto*. 1000302942

TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ**Anúncio**

Processo n.º 2410/05.8TBCVL.
 Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
 Insolvente — J. Correia & Afonso, L.ª, e outro(s).
 Credoras — Caixa Geral de Depósitos, S. A./Banco Santander Totta, S. A.

Insolvente: J. Correia & Afonso, L.ª, número de identificação fiscal 501972773, com endereço no sítio do Tronco, Belmonte, 6250-000 Belmonte.

Administrador da insolvência: António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135-B, apartado 521, 6201-907 Covilhã.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi proferida em 14 de Junho de 2006, e foi determinada por insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º do CIRE.

21 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Jorge Ferreira da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Hélder Rui Ferreira Fonseca*. 3000209788

TRIBUNAL DA COMARCA DO ENTRONCAMENTO**Anúncio**

Processo n.º 340/06.5TBENT.
 Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
 Credor — Transportes Coelho, L.ª
 Devedora — Monokol Cimentos e Argamassas, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca do Entroncamento, secção única do Entroncamento, no dia 20 de Junho de 2006, pelas 14 horas e 20 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Monokol Cimentos e Argamassas L.ª, número de identificação fiscal 506079376, com endereço na Rua do Dr. Rui Luís Gomes, 76, Entroncamento, 2330-000 Entroncamento, com sede na morada indicada.